

## **SENTIMENTO DE INSEGURANÇA URBANA NAS PEQUENAS CIDADES BRASILEIRAS**

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes<sup>1</sup>  
Dra. Ângela Maria Endlich<sup>2</sup>

### **Resumo**

A compreensão da condição humana e social de vida é peça fundamental no entendimento dos espaços geográficos. A cidade que se conhece atualmente, entendida como resultado cumulativo do processo histórico, político e cultural, é o principal espaço de moradia da população brasileira. Com o processo de globalização, muitas transformações ocorreram nas pequenas cidades, principalmente alterando sua dinâmica na rede e seus papéis urbanos. O principal objetivo é apresentar as discussões teóricas acerca da violência e do sentimento de insegurança urbana e os dados relativos a homicídios nas pequenas cidades brasileiras. Os procedimentos metodológicos são: levantamento bibliográfico e leitura de livros, teses e dissertações de assuntos relacionados à temática e levantamento de dados de homicídios nas cidades, dando destaque as de pequeno porte. Dentre as principais contribuições, demonstra-se com este estudo que ocorre efetivamente um aumento nos dados de violência em pequenas cidades e parece estar em trânsito um aumento do sentimento de insegurança urbana nessas localidades. Esse olhar contrapõe-se ao pensamento de que a pequena cidade é um lugar mais tranquilo e mais seguro de se morar.

**Palavras-chave:** Pequenas cidades; Sociabilidade; Insegurança urbana.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: pedrocarnevalli@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Geografia (DGE) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil. Email: amendlich@hotmail.com.

## **Introdução**

Este trabalho consiste de resultados alcançados ao longo de pouco mais da metade do caminho percorrido como mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil. Estes resultados fazem parte do tema de dissertação e sinalizam para parte das discussões teórica, conceituais e práticas sobre os assuntos propostos e as inquietações norteadoras.

A necessidade de compreender a condição humana e social de vida no espaço geográfico ou na formação e produção destes espaços, atrelados a inquietação de entender os processos e dinâmicas atuais que sinalizam para um aumento efetivo de casos de violência e, conseqüentemente, ampliação do sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades são os principais motivos que motivaram à busca de resposta por meio desse trabalho.

O objetivo que se busca é baseado em propósitos sociais que buscam a emancipação humana, em um período no qual o foco privilegiado é o global e o individual, em detrimento do coletivo ou social. Para Endlich (2006, p. 21), a dinâmica econômica “articula o espaço geográfico como um todo, comandada por interesse de poucos, subordinando a vida de muitos”. Bauman (2010, p. 33), destaca que o indivíduo de hoje, na condição que ele domina líquido-moderna, é o único administrador da política da vida.

Partindo disso, o entendimento do surgimento e evolução das cidades são peças fundamentais para avançar no debate. Isto porque, as cidades de hoje, que são, em parte, o resultado cumulativo de todo um processo histórico, político e cultural, se converteram no principal local de moradia da população mundial.

Escrever sobre as cidades, apesar de não ser uma das tarefas mais fáceis, tornou-se um desafio necessário para entender a realidade contemporânea. Por isso, diversos autores procuram, cada vez mais, construir, transformar, remodelar e reconfigurar o saber urbano, avançando cada vez mais em sua epistemologia.

Os índices altos de urbanização alcançados rapidamente nas últimas décadas, trouxeram instabilidade, complexidade, transformações diversas na dinâmica econômica e social, entre outros fatores. Assim, o ambiente urbano se transformou, no mundo contemporâneo, em um espaço incerto, onde boa parcela da população convive com

elementos, como pobreza, falta de emprego/renda, educação, saúde e segurança, que acabam por influenciar diretamente no cotidiano e no comportamento das pessoas.

Um dos períodos que mais chamam a atenção na história das cidades é a Idade Média (400 a 1.400 d.C.). Neste período houve um retrocesso na evolução das cidades. O modo de produção era quase que exclusivamente agrícola, com os latifúndios e a instituição da servidão. Os mercadores deixaram de existir e a população municipal “desapareceu”. Ou seja, a terra se tornou a única fonte de subsistência e a produção artesanal voltou a se fazer no campo. O poder político passou para as mãos dos senhores feudais, e a igreja, como nível ideológico, passa a garantir a sustentação do sistema. (SPOSITO, 1991, p. 28).

Já com o sistema feudal se enfraquecendo devido à peste e pela inflexibilidade da oferta de terras, o número de cidades começou a aumentar. De um lado o senhor feudal pressionava os servos para ampliarem os seus lucros, por outro lado, os servos, vendo a possibilidade de sobreviver nas cidades, se revoltavam e fugiam para elas (ROLNIK, 1988, p. 34).

Ao fluir para as cidades, os camponeses se libertaram do regime de servidão (...). Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente a felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a liberdade. (ROLNIK, 1988, p. 35).

O capitalismo emergiu e intensificou o processo de urbanização. Como destaca Sposito (1991, p. 30), a cidade nunca fora um espaço tão significativo, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso em nível mundial com o capitalismo. Entretanto, a perversidade deste sistema trouxe consequências negativas para a população que vive na cidade, especialmente quanto às relações sociais e de trabalho.

O capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo sua sobrevivência (BAUMAN, 2010, p. 08).

Partindo disso, a cidade, atualmente, oferece a liberdade, como buscavam os camponeses no final da Idade Média? Os problemas que assolam as cidades, em totalidade,

decorrem do modo como o sistema capitalista se desenvolveu e atua. Entre eles, falta de habitação, escolas, saneamento, hospitais, transportes coletivos, água potável e até lazer público e gratuito.

No Brasil, segundo o *Censo Demográfico 2010*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de 84% da população reside em áreas urbanas, chegando a 100% (totalidade) em alguns municípios. O número de municípios saltou consideravelmente em quase sete décadas: passou de 1.574, em 1940, para 5.564, em 2006.

Destes municípios, ainda segundo o IBGE (2010), 90% deles possuem, no máximo, 50 mil habitantes. Eles representam 81% da área do território nacional e 34% da população brasileira. O extrato de cidade com até 25 mil habitantes é de 78% e quase um quinto tem até 5 mil habitantes. No Estado do Paraná os dados são similares: 92% dos municípios têm até 50 mil habitantes e 83% até 25 mil habitantes; representam 85% do território estadual e 30% da população paranaense. De fato, os municípios com pequenas cidades são quantitativamente relevantes na estruturação territorial brasileira.

Entretanto, a indispensável justificativa por estudos dessa parcela do urbano brasileiro não se revela apenas pelos números. As dinâmicas que envolvem essas localidades, a imensa diversidade e os seus papéis na rede as tornam complexas e fundamentais nos embates sobre o espaço geográfico.

Em muitas regiões do Brasil, as pequenas cidades são explicadas pelo processo de formação socioespacial da região, como no caso do Norte paranaense destaca-se o contexto da economia cafeeira (ENDLICH, 2006, p. 23). Pode-se dizer que ocorreram transformações econômicas por todo o país. Destacam-se na região mencionada, as mudanças na agricultura, que desencadeou um forte declínio populacional no campo. Nas décadas de 1980 e 1990 observou-se, por conseguinte, forte fluxo, primeiramente para as metrópoles e, depois, para as cidades médias. Neste contexto, na maioria das pequenas cidades houve um declínio na população rural e total, ao passo que a população urbana aumentava.

O início do século XXI apresenta uma aparente retomada populacional em algumas das pequenas cidades que perdiam população total, como é sinalizado na divulgação dos primeiros dados do último Censo Demográfico, em 2010. Ora, com isso, os papéis urbanos são alterados, uma vez que os núcleos urbanos tinham como objetivo central atender a

população do campo e as necessidades daquele modo de vida. O contexto atual, conhecido como de globalização, vem modificando o espaço regional, a estrutura urbana e as relações de insegurança nas pequenas cidades.

Em outros termos, parece existir em movimento uma mudança no perfil dos moradores das pequenas cidades. É possível perceber um aumento de eventos relacionados a diversos tipos de violência, causando um sentimento de insegurança. Este olhar nas pequenas cidades contrapõe-se ao que se pensa no senso comum: a pequena cidade como um lugar exclusivamente mais tranquilo, mais calmo e mais seguro de se morar.

A intenção deste trabalho não é comparar com o modo de vida das grandes cidades, nem apresentar as diferentes formas de violência, mas sim, refletir e buscar respostas sobre a realidade vivida nos espaços não metropolitanos em relação ao sentimento de insegurança urbana, que não correspondem a exclusividades encontradas nas maiores cidades.

Os procedimentos metodológicos utilizados até o momento no desenvolvimento da pesquisa foram: levantamento bibliográfico e leitura de livros, teses e dissertações de assuntos relacionados à temática e levantamentos de dados de homicídios nas pequenas cidades.

### **O aumento efetivo de violência nas pequenas cidades brasileiras**

Certamente, o que se vem percebendo neste século XXI é uma efetiva ampliação dos casos de violência urbana nas pequenas cidades, como divulgado na mídia, nas suas várias formas e como demonstram os relatórios de homicídios, os *rankings* de violência, entre outras fontes. A violência é um campo amplamente discutido na sociedade, na política, na imprensa e nos meios acadêmicos, inclusive na Geografia. Os embates sobre a temática causam divergências e conflitos entre os pesquisadores. Neste trabalho, mais do que apresentar juízos de valor, busca-se avançar nas discussões acerca do sentimento de insegurança urbana.

A questão da violência não é algo oriundo da sociedade atual. Segundo Teixeira e Porto (1998, p. 57), Michel Maffesoli, no livro *Lógica da dominação* de 1978, já tratava a violência como “herança comum a todo e qualquer conjunto civilizatório, estruturando constantemente a vida em sociedade”. Assim, no momento em que existe uma consolidação

de um dinamismo social, haverá conflito e confronto, onde a luta, fundamento de relação social, se “manifesta em instabilidade, espontaneidade, multiplicidade, desacordos e recusas” (TEIXEIRA e PORTO, 1998, p. 58).

De maneira simplificada, Viana (2002, p. 7) define violência como “uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo”. Ainda segundo ele, a violência urbana é definida como a “violência derivada da organização do espaço urbano” (VIANA, 2002, p. 29), entre eles: a divisão social do trabalho, desigualdades sociais – emprego, moradia, transporte, educação, saúde, lazer, religião, conflitos sociais, ações do Estado, agentes valorizadores do solo urbano, estruturas físicas, entre outros.

Waiselfisz (2010) lançou o *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. Este trabalho apresenta como principal conclusão a interiorização da violência no Brasil, independentemente se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próximo as capitais ou distantes dos ditos principais centros urbanos brasileiros.

Ora, não é o número populacional de habitantes que define se a cidade é segura ou não para se viver. A qualidade de vida e segurança passa por diversos fatores, dos quais vale destacar, dentre outros: a qualidade dos serviços públicos, como educação, saúde, segurança, tratamento de água/esgoto e iluminação; administração pública transparente, coletiva e não repressora, dando voz à população; e, relações de sociabilidade entre moradores com a opção de espaços públicos para recreação e lazer. Como se sabe são fatores fundamentais, também, o emprego e renda da população.

A Tabela 1 apresenta a taxa média de homicídio (em 100 mil habitantes) na população total dos trinta primeiros municípios brasileiros entre 2003 e 2007. O interessante é que destes, doze (40%) são de pequenas cidades (considerando a população urbana de até 50 mil habitantes). Destas doze cidades, dez (83% ou  $\frac{1}{4}$  do total) têm menos de 25 mil habitantes. Caso se considere como parâmetro o máximo 10 mil habitantes, serão quatro (ou 13% do total).

A cidade de Juruena, no Norte mato-grossense, de 6,8 mil habitantes na área urbana (11,2 mil no município) – segundo o *Censo* (IBGE/2010) –, e a pequena Nova Tebas, no Norte Central paranaense, de 2,8 mil habitantes na cidade (7,3 mil no município), são primeira e segunda colocadas, respectivamente, a frente de grandes cidades, como Maceió,

capital de Alagoas (8º lugar), Serra, interior do Espírito Santo (11º lugar), Foz do Iguaçu, interior do Paraná (12º lugar) e Recife, capital de Pernambuco (19º lugar).

A Tabela 2 apresenta a quantidade de pequenas cidades, por extrato de população, que aparecem entre as duzentas primeiras com maiores taxas de homicídios, por habitantes, no período de 2003 a 2007, segundo Waiselfisz (2010, p. 31-36). Entre as duzentas mais violentas do Brasil, 113 (56,5%) possuem no máximo 50 mil habitantes.

**Tabela 1. Brasil. Municípios com maiores taxas de homicídios, 2003-2007**

<b>Pos</b>	<b>Município</b>	<b>Pop. Urbana em 2010 (% da pop. Total)</b>	<b>Taxa de Homicídio</b>
01	Juruena (MT)	6.801 (60,3%)	139,0
02	Nova Tebas (PR)	2.891 (39,1%)	132,0
03	Tailândia (PA)	58.715 (74,0%)	128,4
04	Guaíra (PR)	28.176 (91,2%)	106,6
05	Coronel Sapucaia (MS)	10.208 (72,5%)	103,6
06	Viana (ES)	59.640 (91,7%)	99,0
07	Tunas do Paraná (PR)	2.790 (44,6%)	99,0
08	Maceió (AL)	931.984 (99,9%)	97,4
09	Arapiraca (AL)	181.562 (84,8%)	96,7
10	Linhares (ES)	121.503 (86,0%)	96,3
11	Serra (ES)	406.517 (99,3%)	95,5
12	Foz do Iguaçu (PR)	253.950 (99,2%)	92,2
13	Nova Ubiratã (MT)	5.935 (64,2%)	91,7
14	Marabá (PA)	186.122 (79,7%)	90,4
15	Itaguaí (RJ)	104.292 (95,5%)	88,9
16	Limoeiro (PE)	44.691 (80,4%)	88,6
17	Simões Filho (BA)	105.808 (89,7%)	88,1
18	Macaé (RJ)	202.873 (98,1%)	87,9
19	Recife (PE)	1.536.934 (100%)	87,5
20	Itapissuma (PE)	18.401 (77,6%)	87,4
21	Rio Formoso (PE)	13.368 (60,4%)	86,9
22	Armação dos Búzios (RJ)	27.538 (100%)	86,3
23	Cabo de Santo Agostinho (PE)	167.830 (90,7%)	86,3
24	Colniza (MT)	15.011 (56,9%)	86,0

25	Rio das Ostras (RJ)	99.999 (94,6%)	84,8
26	Itabuna (BA)	199.668 (97,5%)	84,3
27	Escada (PE)	53.985 (85,0%)	83,6
28	Tucuruí (PA)	92.433 (95,2%)	81,4
29	Peixoto de Azevedo (MT)	19.799 (64,4%)	79,6
30	Cariacica (ES)	337.822(96,8%)	78,0

Adaptado de Waiselfisz (2010, p. 31) e IBGE (2010).

Dentre elas existem diferenças de patamares. Se considerar como parâmetro no máximo 25 mil habitantes, o número de cidades chega a 86 (76% das pequenas cidades e 43% do total). Entre as 113 cidades, praticamente a metade delas possui entre 10.0001 e 25 mil habitantes. Já as pequenas cidades que tem no máximo 10 mil habitantes somam 29 ou um quarto do rol de pequenas cidades e 14,5% do total de cidades levantadas.

**Tabela 2. Brasil. Número de pequenas cidades no *ranking* das duzentas mais violentas (por extrato de população)**

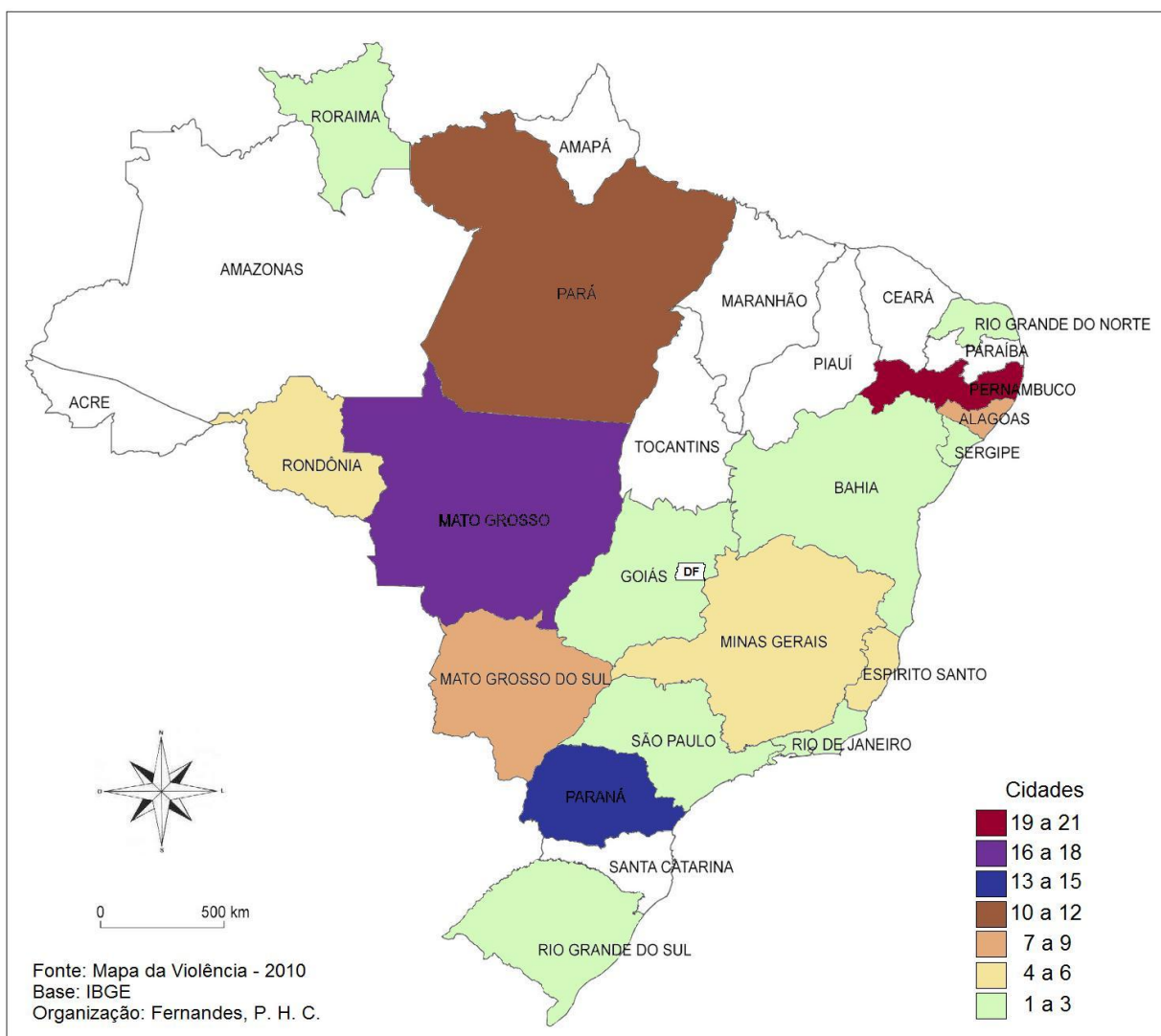
<b>Extrato populacional (Considera-se apenas a população urbana)</b>	<b>Quantidade<sup>1</sup></b>	<b>%</b>
Cidades de 0 a 10.000 habitantes	29	25,7
Cidades de 10.001 a 25.000 habitantes	57	50,4
Cidades de 25.001 a 50.000 habitantes	27	23,9
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>100</b>

Fonte: Waiselfisz (2010, p. 31-36)

O Mapa 1 espacializa estas pequenas cidades, por faixas de quantidade, nos Estados da Federação. As 113 pequenas cidades, entre as 200 primeiras levantadas, estão distribuídas por 17 dos 26 Estados brasileiros (65%), estando presentes em todas as cinco regiões do Brasil.

O Estado de Pernambuco é o líder com 20 pequenas cidades (17,7%), seguido de Mato Grosso com 18 (16%), do Paraná com 15 (13,3%) e do Pará com 12 (10,6%). Juntos, eles atingem 57% do total de cidades. Enquanto os Estados do Rio Grande do Sul (2), São Paulo (1), Rio de Janeiro (3), Goiás (3), Bahia (3), Roraima (2), Sergipe (1) e Rio Grande do Norte (1), somam 16 cidades ou 14% do total. As demais 32 cidades estão entre os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rondônia.





**Mapa 1. Brasil. Distribuição de pequenas cidades no ranking de cidades com maiores taxas de homicídios**

Fonte: Waiselfisz (2010) – Elaboração: Fernandes, P. H. C.

## O sentimento de insegurança urbana

O aumento da violência é fato concreto na realidade urbana brasileira, inclusive nas pequenas cidades. Partindo disso, acredita-se que é avançando na discussão conceitual acerca do sentimento de insegurança urbana que se contribuirá mais ao entendimento desta questão. Certamente, os pontos aqui tratados fazem parte de um amplo e complexo debate, ainda em andamento e, por conseguinte, é preciso pensar em como sistematizar adequadamente esses fenômenos no âmbito acadêmico.

A maior parte dos embates sobre a temática contempla os espaços metropolitanos (metrópoles e cidades médias), todavia, sua aplicabilidade também está condicionada aos espaços não-metropolitanos. Assim, tem-se a clareza que tal processo não se destoa de todo um contexto vivido no mundo contemporâneo. Este sentimento generalizado está no centro das discussões da vida urbana, seja na mídia, nas escolas, nas universidades ou no cotidiano das pessoas.

As questões relacionadas ao sentimento de insegurança podem ser estudadas por diferentes vieses, mesmo que todos estejam entrelaçados e conectados de alguma maneira, como, por exemplo, relacionados às questões sociais (e de ordem social), as políticas (e aqui englobam um grande leque de desdobramentos, inclusive os associados às ações – ou ausência delas- do Estado como regulamentador e ator na produção do espaço urbano), econômico, religioso, psicológico, entre outros olhares.

Mais do que optar por um viés, como um único caminho a seguir, o geógrafo, como pesquisador do espaço geográfico, deve buscar contemplar o olhar de conjunto acerca da realidade concreta. Portanto, por mais que em determinados momentos desta redação possa parecer que se destaque determinado viés na interpretação do sentimento de insegurança, adota-se uma postura de manter uma visão geral no intuito de entender como efetivamente tais questões influenciam diretamente no cotidiano das pessoas, mas especificamente daquelas que moram nas áreas não-metropolitanas.

De acordo com Teixeira e Porto (1998, p. 52), “a insegurança no mundo moderno está cada vez mais ligada à ascensão da violência, que, por sua vez, promove a base e o fortalecimento de um imaginário do medo”. Tal imaginário, usado nas discussões de Gilbert Durand (1989) e representando um conjunto de imagens e de relações de imagens que constituem o capital pensando do *homo sapiens*, assim como próprio sentimento de insegurança e a concretização de ambos no espaço geográfico, tem suas raízes fincadas paradoxalmente em duas situações:

Por um lado, numa crença infinita da razão, que pretende explicar o medo por meio do conhecimento científico e eliminar simultânea e gradativamente formas simbólicas de tratá-lo; por outro, num excessivo individualismo próprio do liberalismo moderno (self-

made man), que vem promovendo, cada vez mais, o distanciamento entre os indivíduos. (TEIXEIRA e PORTO, 1998, p. 53).

Neste caso, o corpo responde a tal sentimento. E ele tende, com o passar do tempo, a aumentar, podendo virar uma doença (como a fobia) e reproduzir novas inseguranças e bases de modo de vida, afetando a todos ao entorno e a própria existência como ser humano.

Esta fobia tem nome, segundo Souza (2008, p. 9): fobópole, que corresponde ao “resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas *phóbos*, que significa ‘medo’, e *pólis*, que significa ‘cidade’”. Ou seja, fobópole é a “cidade do medo” ou “medo da cidade” ou ainda “uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”. Este termo criado por Souza, em 2006, sem maiores compromissos, foi ampliado com maior discussão em um livro, com o mesmo nome, em 2008. A palavra condensa na cidade:

O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa, etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (...) e se faz presente, hoje, em qualquer cidade. (SOUZA, 2008, p. 9).

Em consequência, observa-se um Estado que toma “medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais (...) a classe média” (TEIXEIRA e PORTO, 1998, p. 56). Não apenas a classe média, mas aquelas estratificações de maior poder aquisitivo que entram numa busca incandescente de segurança.

Paradoxalmente, são justamente as classes que têm condição de adquirir e financiar a “indústria de segurança”, instalando câmeras, cercas elétricas, alarmes e grades ou pagando segurança de rua, seguro privado, entre outros serviços. O que se percebe é que as classes menos favorecidas acabam por ficarem em maior intensidade sujeitas a violência e ao sentimento de insegurança.

Leal (2010) apresenta um caminho semelhante. No seu trabalho, ele busca compreender o sentimento de insegurança na sociedade portuguesa, tomando como base uma área urbanizada e outra eminentemente rural. Seu grande objetivo é perceber se as vivências nestes espaços distintos suscitam, no indivíduo, a expressão e representação condizentes a realidade de cada local ou se ela ocorre da mesma maneira em ambas. Em suma, o autor pretende “medir” o sentimento de insegurança em ambos os espaços.

Em seu trabalho, Gaviria M. (2008, p. 74), observou que a “a insegurança e o medo como sentimentos e emoções decorrentes da experiência de vida em ambientes sociais dominados pela violência”. Ainda segundo ela, ambos são “categorias acionadas para nomear e qualificar ações, concepções, sentimentos e emoções” das pessoas que vivem nestes espaços marcados pela criminalidade.

Esta noção apresentada pela autora pode representar a situação da maioria dos espaços. Entretanto, deve-se considerar outras formas que parecem se expandir nos dias atuais. Entre elas, os casos em que este sentimento pode estar atrelado a influência de externalidades, como a influência de pessoas ou da mídia.

Bauman, em inúmeras obras, trabalha a insegurança que se vive nos dias atuais. Apesar das suas contribuições serem relacionadas às grandes metrópoles mundiais, não se pode deixar de considerar que elas são pertinentes também as pequenas cidades, mesmo que o autor não as cite diretamente. Ele expõe uma mudança em curso no mundo que acarreta um grande desafio para se estudar: a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”.

Ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotina, padrões de comportamento aceitáveis) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las, e uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. (BAUMAN, 2007, p. 7).

Entre as maiores consequências deste sentimento de insegurança está entrelaçada a questão da sociabilidade. As pessoas não se “fecham” apenas para o que vem de fora, mas também, gera uma incomunicabilidade entre pessoas, inclusive da própria esfera de

convivência. Assim, as pessoas se tornam cada vez mais individualizadas e menos sociáveis e a insegurança aumenta, gerando um ciclo vicioso, aparentemente sem fim.

### **Considerações finais**

Este texto refere-se a uma pesquisa em andamento. Portanto, apresentam-se algumas considerações finais, mas elas não são conclusivas. Estas inquietações acerca da insegurança urbana em pequenas cidades é campo fértil para a pesquisa em Geografia. Sua gênese vem do interesse em compreender a realidade das pessoas moradoras de pequenas cidades, principalmente, porque diz respeito a espaços pouco contemplados nas pesquisas.

Quanto ao tema da violência e da insegurança urbana, observa-se que há uma grande profusão, oriundas de vários campos científicos. Entretanto, predomina o enfoque acerca dos espaços metropolitanos.

O assunto não é exclusivo do Brasil. Existem estudos que abordam a temática em países europeus, como Portugal e França e americanos, como os Estados Unidos da América e a Argentina. Isto mostra que a preocupação que permeia a escala global acarreta em problemas na escala local, comprovando a complexidade de se estudar a noção de escala na Geografia.

O modo de vida urbano, cada vez mais individualista, é resultado do modo de produção capitalista. Nele o coletivo é cada vez menos incentivado, a não ser que sirva para atrair um grande grupo de consumistas em potencial, e a comunidade local, tem sua cultura (a não ser que seja interessante vender tal cultura), “substituída” pelo consumo globalizado da cultura dominante.

O mundo urbano é violento. Independentemente do tipo ou da característica que se possa ser as ações violentas dominam os noticiários e fazem parte do cotidiano das pessoas. Certamente, algumas localidades são mais violentas que outras. Contudo, o que se quer transmitir é que, em escala geral, todos os espaços estão inseridos no sentimento de insegurança, seja por proximidade com a criminalidade, por influência dos meios de comunicação, ou por ausência de serviços públicos e/ou de segurança pública. As pequenas cidades brasileiras estão dentro deste contexto de aumento efetivo de violência, agravado

pelo fato de que nessas áreas é comum a ausência ou insuficiência dos serviços e equipamentos públicos, em especial, bombeiros, distritos policiais, entre outros.

## **Referências**

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 92 p.;

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.;

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.;

GAVIRIA M., Margarita Rosa. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 20, p. 72 a 107, jul./dez., 2008;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php) acesso em: 03 de Fevereiro de 2011;

LEAL, José Manuel Pires. O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 394-427, jan./abr., 2010;

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 87 p.;

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004;

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.;

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Editora Contexto, 1991. 75 p.;

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches e PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998;

VIANA, Nildo. **Violência urbana: a cidade como espaço gerador de violência**. Goiânia: Edições Germinal, 2002. 48 p.;

**Sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades brasileiras**

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes; Dra. Ângela Maria Endlich

-----

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. 151 p..